

XVI ENCOB: LIDERANÇAS DEBATEM A CRISE HÍDRICA



Durante os seis dias de evento, centenas de pessoas passaram pelos corredores do XVI ENCOB

A temática central do encontro foi a articulação política dos comitês na gestão das águas

[Leia mais na página 6](#)

Entrevista com José Governo, da CSA

[Leia mais na página 5](#)

Debates sobre a gestão de recursos hídricos

[Leia mais na página 8](#)

Comitê Guandu vence Prêmio ANA 2014

[Leia mais na página 10](#)



O Boletim Informativo NAS ÁGUAS DO GUANDU é uma publicação do Comitê das Bacias Hidrográficas dos Rios Guandu, da Guarda e Guandu-Mirim - CBH Guandu

BR 465, km 7, Campus da UFRRI - Prefeitura Universitária
Seropédica (RJ) - CEP: 23897-000 - Tel: (21) 3787-3729
www.comiteguandu.org.br - guandu@agevap.org.br

Diretor Geral: Decio Tubbs
Associação Brasileira de Águas Subterrâneas (ABAS)

Diretor Executivo: Júlio Cesar O. Antunes - Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro (CEDAE)

Diretores: Gláucia Freitas Sampaio (Secretaria de Estado de Ambiente - SEA), José Anunciação Gonçalves (Prefeitura Municipal de Queimados), José Gomes Barbosa Júnior (Light Energia S/A), Maurício Ruiz (Instituto Terra de Preservação Ambiental - ITPA).



Coordenação Técnica: Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (AGEVAP)
Rua Elza da Silva Duarte, 48 (Loja 1A) - Manejo - Resende (RJ)
CEP: 27520-005 - Tel: (24) 3355-8389 - www.agevap.org.br
agevap@agevap.org.br

Presidente do Conselho de Administração:
Friedrich Wilhelm Herms

Presidente do Conselho Fiscal: Sinval Ferreira da Silva

Diretor-Executivo: André Luis de Paula Marques

Diretora de Relações Institucionais Interina: Aline Raquel Alvarenga

Diretor Administrativo Financeiro: Diego Elias M. Nascimento Gomes

Diretor de Planejamento Estratégico: Flávio Antônio Simões

Diretor de Recursos Hídricos: Helvécio Zago Galvão César

Gerente de Recursos Hídricos: Amparo Cavalcante

Coordenadora de Núcleo: Fátima Rocha

Produção Gráfica e Editorial, Diagramação, Arte-Final, Reportagens, Redação, Fotografias, Edição e Revisão:
Assessoria de Comunicação do CBH Guandu -
Montenegro Grupo de Comunicação - Tel. (21) 2215-9463
www.montenegrocc.com.br - redacao@montenegrocc.com.br

Diretor Executivo: Cláudio Montenegro (MTb 19.027)

Jornalista Responsável: Leonardo Poyart

Supervisor de Comunicação: Richard Hollanda

Reportagens: Cíntia Nogueira, Felipe Oliveira e Tiago Nicacio

Programação Visual: Tainá Bittencourt

Foto de Capa: Richard Hollanda

Fiscalização e Acompanhamento: Aline Raquel Alvarenga e Fátima Rocha

Tiragem: 4.000 exemplares

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

Chegamos a mais uma edição. Aqui, temos procurado mostrar aqui ações que estão sendo pensadas e implementadas a fim de preservar e recuperar áreas localizadas na Região Hidrográfica da Bacia do rio Guandu (RH-II). Esta edição tem um motivo ainda mais especial: conquistamos o Prêmio ANA 2014 na categoria Organismos de Bacia.

Mais de 450 projetos participaram e fomos agraciados com essa conquista, que valeu cada hora pensada, cada debate nas reuniões e que, com certeza, vai nos motivar na busca de novas formas de melhorias no uso sustentável da água.

A participação do Comitê Guandu no XVI ENCOB, em Alagoas, também é tema de matéria. Em um ano com grave escassez hídrica, nada foi mais importante do que discutir a articulação política dos Comitês na gestão da água. No ENCOB foram tiradas inúmeras conclusões acerca da seca prolongada no Brasil.

E por falar em seca, uma das ações que podem minimizar esta questão são os planos de manejo, como o da APA Guandu, aprovado pela Câmara de Compensação Ambiental Estadual (CCA). O documento estabelece normas para minimizar impactos negativos sobre o ecossistema da localidade.

Esta edição cita também a participação imprescindível de membros no dia-a-dia do Comitê Guandu, como é caso de José Luiz Governo, membro titular do Plenário do Comitê Guandu e que acompanha de perto as providências tomadas para lidar com o período de estiagem.

Por fim, o Nas Águas do Guandu ressalta a presença – cada vez mais frequente – do Comitê Guandu na mídia, tornando-se uma parte importante da discussão sobre a gestão dos recursos hídricos.

Acontece

SANEAMENTO RURAL

O Comitê Guandu iniciou, em 2014, a elaboração do Diagnóstico Regional do Saneamento Rural (DRSR). O projeto consiste na aquisição de dados, definição de áreas rurais prioritárias e estabelecimento de diretrizes, metas e ações de implantação de saneamento rural em toda a região de abrangência das bacias hidrográficas dos rios Guandu, da Guarda e Guandu-Mirim (RH-II).

A empresa contratada para executar o DRSR foi a Tecnogeo. Neste primeiro momento, a Tecnogeo fará um levantamento de dados de todos os municípios da RH-II, para depois propor critérios de definição das áreas prioritárias.

Para monitorar este trabalho, foi constituído um Grupo Técnico de Acompanhamento (GTA) dentro do Comitê Guandu. O GTA realiza reuniões periodicamente com a equipe técnica da Tecnogeo.

EM DESTAQUE NOS PRINCIPAIS JORNAIS DO PAÍS

Nos últimos meses a questão hídrica estampou as manchetes dos principais jornais do país devido à proposta do governo do Estado de São Paulo em transpor as águas do rio Paraíba do Sul para o Rio Jaguari. Tal ação poderia afetar o abastecimento de aproximadamente 15 milhões de pessoas, bem como as bacias hidrográficas dos rios Guandu, da Guarda e Guandu-Mirim. A previsão é que, caso a estiagem se prolongue, o nível médio da Bacia do Paraíba do Sul chegue a apenas 5%.

Desde o início da crise hídrica no país, o Comitê Guandu foi à imprensa e comentou como essa situação poderá afetar, principalmente, a região metropolitana do Rio de Janeiro, cedendo entrevistas e veiculando artigos, sendo um deles publicado no jornal *O Globo*. Veículos como o jornal *O Dia*, *Portal G1* e a revista *Exame* chamaram atenção sobre o estado crítico que pode atingir o Rio de Janeiro nos próximos meses. O Diretor



Entrevista concedida para o jornal *O Dia*, com veiculação em 25 de agosto de 2014

Geral do Comitê Guandu, Decio Tubbs, que também é presidente do Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Rio de Janeiro (CERHI), e o Diretor Executivo, Julio Cesar O. Antunes, vieram a público comentar sobre esses assuntos.

Outro fator destacado nas reportagens foi que, além da falta de chuvas, o desmatamento na região também agravou a situação, ocasionando a situação dramática dos reservatórios da região Sudeste do país. De toda a área da bacia, segundo a Fundação SOS Mata Atlântica, restam apenas 26% de cobertura vegetal.

De acordo com Decio Tubbs, a situação pode piorar ainda mais caso não chova. Com isso, a atuação do Comitê será mais importante na mídia para divulgar as ações que estão sendo realizadas e incentivar a população a maximizar a utilização da água.

“O importante é trazer a consciência das pessoas para atitudes simples que podem ajudar na situação atual. Com isso, é essencial que seja feito um trabalho de alerta através da mídia para que a população faça o uso consciente dos recursos hídricos disponíveis no Rio de Janeiro e em outras regiões do Brasil”, finalizou Decio.



No dia 4 de novembro o Comitê foi destaque no jornal *Brasil Econômico*

COMITÊ GUANDU ORGANIZA ELEIÇÕES PARA O BIÊNIO 2015-2016



Durante os fóruns, foram escolhidos os representantes de cada um dos segmentos que compõem o órgão colegiado do Comitê Guandu

Doze anos após ser criado pelo Decreto Estadual nº 31.178, o Comitê das Bacias Hidrográficas dos rios Guandu, da Guarda e Guandu-Mirim realizou, em 2014, seu processo eleitoral. No pleito, foram definidos os membros da Plenária do órgão colegiado durante o biênio 2015-2016.

Consolidado como um fórum dedicado ao pensamento de políticas para a área dos recursos hídricos, o Comitê Guandu disponibilizou 36 vagas nestas eleições. Respeitando o caráter tripartite do órgão, as vagas foram divididas entre Usuários de Água (14), Sociedade Civil (11) e instituições do Governo (11) nas esferas municipal, estadual e federal.

De acordo com Decio Tubbs, Diretor Geral do Comitê Guandu, a participação de diversos setores da sociedade no processo eleitoral fortalece o papel dos comitês de bacia hidrográfica.

“Essa estrutura de gestão dos recursos hídricos é importante porque dá voz àqueles que têm interesse e podem contribuir”, disse Decio.

Aos interessados em fazer parte do Comitê Guandu, bastou preencher a ficha de inscrição. Quem cumpriu os trâmites legais foi habilitado a participar dos fóruns de cada segmento.

Realizado em dezembro, o fórum do segmento Governo definiu que as Prefeituras de Japeri, Miguel Pereira, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados e Rio Claro serão membros titulares do Comitê Guandu. Já as de Barra do Piraí, Itaguaí e Seropédica ficarão na suplência. Pelo âmbito

estadual foram eleitas como titulares a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), o Instituto Estadual do Ambiente (INEA) e a Secretaria Estadual de Meio Ambiente (SEA). Na esfera federal, foram escolhidos o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio de Janeiro (CREA-RJ), como titular, e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO), como suplente.

No mesmo dia foram selecionados os membros do segmento Usuários de Água. Cedae (Serviço de Saneamento dos Municípios da Bacia), FCC\SA, Firjan, Gerdau e Nuclep (Indústria), Sindicato Rural de Rio Claro (Agropecuária), Furnas, Petrobrás e Thyssenkrupp/CSA (Geração de Energia) serão membros titulares. No mesmo segmento, a Sociedade Fluminense de Energia foi selecionada como suplente, assim como o Sindicato dos Mineradores de Areia do Estado do Rio de Janeiro (Simarj), pelo subsegmento Mineração, e Light (Sistema de Transposição de Bacias).

Depois de homologado o resultado das eleições, os novos membros da Plenária do Comitê Guandu poderão inscrever chapas para compor a Diretoria Colegiada do órgão. As inscrições serão recebidas até o dia 19 de janeiro de 2015.

A primeira Reunião Ordinária com a nova composição da Plenária do Comitê Guandu será realizada no dia 5 de fevereiro, quando os membros serão empossados.

ENTREVISTA COM JOSÉ GOVERNO (THYSSENKRUPP – CSA)

Nos últimos meses, os responsáveis pela gestão dos recursos hídricos no Rio de Janeiro têm dedicado atenção especial ao nível dos reservatórios no Estado. Com a falta de chuvas, é preciso tomar medidas que minimizem os impactos causados pela escassez hídrica e garantir o abastecimento de água para a população, a geração de energia elétrica e os demais usos da água.

José Luiz Governo, da Thyssenkrupp – CSA (*foto ao lado*), é membro titular do Plenário do Comitê Guandu e está acompanhando de perto as providências tomadas para lidar com o período de estiagem. Ele integra o Grupo de Trabalho de Acompanhamento da Operação Hidráulica na Bacia do Rio Paraíba do Sul (GTAOH), criado pelo Comitê de Integração da Bacia Hidrográfica do rio Paraíba do Sul (CEIVAP) para monitorar a situação dos reservatórios da região.

Confira quais são as principais preocupações que pautam as discussões sobre a estiagem no Rio de Janeiro.



CG: O senhor já presenciou um quadro de escassez hídrica tão crítico?

Em relação à falta de chuvas, não. Enfrentei, no início dos anos 80, uma situação mais difícil de escassez, mas por um motivo diferente. Naquela ocasião, houve uma redução da vazão do Rio Guandu em função da necessidade de troca das válvulas esféricas da Usina Hidrelétrica Nilo Peçanha (Piraí), do Complexo da Light.

CG: Quais são as principais preocupações do Grupo de Trabalho de Acompanhamento da Operação Hidráulica na Bacia do Rio Paraíba do Sul (GTAOH)?

As principais preocupações são a possibilidade do total esvaziamento dos reservatórios da Bacia do Rio Paraíba do Sul e os consequentes problemas que isso acarretaria. A continuidade do período de escassez poderá determinar a interrupção de geradoras de energia, indústrias de transformação e estações de tratamento d'água destinadas à população ribeirinha.

CG: Como está a gestão da qualidade da água na Thyssenkrupp – CSA em relação à intrusão salina? As atividades

da empresa sofreram algum impacto?

As atividades da empresa ainda não sofreram paralisações por falta de água industrial. O sistema de captação de água bruta é automaticamente suspenso com o aumento da salinidade na água do canal, e o sistema da gestão de qualidade da água continua operando normalmente. As nossas anormalidades estão nas paradas seguidas e diárias do sistema de captação, que sobrevive graças à capacidade das reservas que foram adicionadas ao projeto básico original.

CG: Quais são as perspectivas para os próximos meses?

Segundo a meteorologia, as condições climáticas estão apontando para o início de um período mais úmido. Isto significa uma melhora nas condições do sistema. Contudo, uma melhora em curto prazo não traz uma solução definitiva. A solução definitiva para o problema da escassez será alcançada com investimentos, eliminação de desperdícios e, principalmente, com uma política de gestão permanente que associe capacidade de reservação com as vazões planejadas e adequadas ao clima e aos registros históricos.



FOTOS: RICHARD HOLLANDA

Representantes do Comitê Guandu participaram do Encontro

XVI ENCOB DISCUTE ARTICULAÇÃO POLÍTICA DOS CBHS

A cidade de Maceió, em Alagoas, sediou em novembro o XVI Encontro Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas (ENCOB). Com o tema “O Comitê de Bacia Hidrográfica como articulador político das águas”, o XVI ENCOB discutiu políticas públicas para conservação, preservação e recuperação dos recursos hídricos do país. Diretores e membros do Comitê Guandu estiveram presentes durante os seis dias de encontro.

O financiamento dos Comitês, a cobrança pelo uso dos recursos hídricos como instrumento de superação da gestão das águas, o desafio do semiárido nordestino, os avanços e as oportunidades do Plano Nacional de Recursos Hídricos e o uso e a gestão sustentável das águas foram alguns dos temas de conferências e mesas de diálogo.

O Diretor Geral do Comitê Guandu, Decio Tubbs, disse que esta edição teve uma amplitude ainda maior, já que o país passa por grave escassez hídrica, que atinge principalmente os estados das Regiões Sudeste e Nordeste. “A edição deste Encontro foi importante. Tivemos a

possibilidade de tornar os Comitês como agentes políticos de verdade e nos tornarmos ainda mais reconhecidos. Com toda a certeza, o saldo final do ENCOB é positivo e os frutos serão colhidos nos próximos anos”, disse.

Já o Diretor Executivo do Comitê, Julio Cesar O. Antunes, também pontuou positivamente o evento. No entanto, acha que os próximos ENCOBs precisam ter temas que continuem em voga entre os Comitês de Bacia e, claro, na sociedade, como ocorreu em 2014. “O tema deste ano foi proveitoso pois foi bem objetivo, já que o fato dos Comitês serem articuladores políticos das águas vai direto ao ponto do que nós necessitamos. Acredito que as próximas temáticas sejam nesta mesma linha”, comentou.

Presente ao XVI ENCOB, o Diretor-Presidente da Agência Nacional de Águas (ANA), Vicente Andreu Guillo também reafirmou a importância do Encontro deste ano. “O ano de 2014 foi especial por trazer como prioridade ao debate público nacional o uso racional da água. Pudemos ver



O estande da AGEVAP recebeu participantes interessados no funcionamento de uma agência de bacia

o debate sobre a escassez e o uso racional da água. E o papel dos Comitês de Bacias é fundamental nesse processo. Daí avaliarmos que o empoderamento dos Comitês é fundamental para o enfrentamento dessa realidade”, disse.

Coordenador-geral do Fórum Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas (FNCBH), Afonso Albuquerque, destacou que a atual crise hídrica vivida pelo país aumentou a importância de discussões e ações efetivas para garantir o acesso da água aos brasileiros.

“A atual crise vivenciada mostrou que precisamos mudar o ritmo e as ações para não perdermos a guerra contra a degradação ambiental. Com isso, é imprescindível potencializarmos os trabalhos para que todo o país tenha acesso à água de forma sustentável. Para isso, teremos que unificar os diagnósticos e encontrar uma solução para o uso racional deste insumo necessário à vida”, falou Afonso, que também é diretor do Comitê Macaé.

Para os participantes do ENCOB, o novo formato garantiu mais espaço para os Comitês e para a troca de experiências exitosas. “Houve significativa participação dos Comitês de Bacias Hidrográficas, como protagonistas em todas as



Participantes escolhem nova sede do ENCOB e aprovam moções e propostas

discussões, no lugar que eles devem sempre estar: de fio condutor das reflexões sobre a gestão de recursos hídricos”, falou o coordenador geral da comissão alagoana, Marcelo Ribeiro.

ASSEMBLEIA

O XVI Encontro Nacional de Comitês de Bacia Hidrográficas (ENCOB) foi encerrado com a assembleia do Fórum Nacional dos Comitês de Bacia Hidrográfica. A plenária contou com a participação de cerca de 200 participantes, representando 115 Comitês de Bacias Hidrográficas de todo o Brasil.

A plenária decidiu que o Estado de Goiás, em local a ser definido, sediará a próxima edição do ENCOB. Também já foram definidos os encontros em 2016 e 2017. Serão, respectivamente, na Bahia e no Distrito Federal.

Ainda durante a reunião também foram aprovadas moções.

DEBATES SOBRE A GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS PERMEARAM O XVI ENCOB



FOTOS: RICHARD HOLLANDA
Conferências e mesas de debates aconteceram com o auditório lotado

O XVI Encontro Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas (ENCOB) contou com a participação de 115 órgãos colegiados de todo o Brasil. Durante os seis dias de evento, dirigentes e especialistas em recursos hídricos debateram inúmeros temas a cerca do dia a dia e dos desafios dos Comitês de Bacias Hidrográficas (CBH). O uso e a gestão sustentável das águas, tanto para a produção de energia quanto para a cobrança pelo uso dos recursos hídricos como instrumento de gestão

das águas, foram alguns dos temas debatidos no Encontro, realizado em novembro.

Uma das conferências mais importantes do XVI ENCOB foi a que discutiu o financiamento e a sustentabilidade dos CBH no Brasil. A exposição do tema contou com a participação de inúmeros representantes, entre eles o presidente da Agência Nacional de Águas (ANA), Vicente Andreu Guillo.

Vicente Guillo considerou “um erro” contrapor os CBH’s com os gestores de recursos hídricos. Andreu defendeu que os Comitês precisam buscar, dentro da própria bacia, sua fonte de financiamento. Ele também concordou com o fortalecimento das agências de bacias. “Os Comitês devem se tornar prestadores de serviços, de tal forma que os usuários passem a ir a eles em busca de uma solução para o problema”, comentou.

Outra temática que rotineiramente é discutida entre dirigentes – e esteve presente no ENCOB – foi a cobrança pelo uso dos recursos hídricos como instrumento de recuperação da gestão das águas. O Diretor-Presidente da Agência de Bacias do Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (PCJ), Sérgio Rozera, explicou a abrangência da Agência, que é de 15.304 km² em 69 municípios.

Ele comentou que cerca de 80% dos recursos oriundos da cobrança na região do PCJ foram destinadas a ações estruturantes. Os outros 20%



Guillo: “Os Comitês devem se tornar prestadores de serviços”

para atividades de chamamento e aproximação com a sociedade. “A nossa região concentra 7% do PIB nacional e tem uma demanda de 29,73 m³ por segundo. Apesar de tudo isso, com a cobrança, a qualidade da água melhorou consideravelmente. Ou seja, estamos no caminho certo”, falou.

O Diretor Executivo da Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (AGEVAP), André Luis de Paula Marques, também comentou sobre a cobrança pelo uso da água. Em seu depoimento afirmou que os objetivos da cobrança são para incentivar o uso racional da água, dar ao usuário uma indicação real do valor e, por fim, obter recursos financeiros para a recuperação das regiões hidrográficas. “No início tínhamos pouca aceitação da cobrança. No entanto, hoje ela



Para o diretor executivo da AGEVAP, baixa inadimplência é fruto de conscientização da sociedade

está enraizada na sociedade e o resultado é uma baixa inadimplência, com o total de 2,46% entre 2003 e 2013”, disse André Marques.

MESAS DE DEBATE

Durante o XVI ENCOB também foram realizadas mesas de debate. Uma das que mais chamou a atenção foi a dos avanços e oportunidades da Lei nº 9.433/97 – Política Nacional dos Recursos Hídricos. Maurício Boratto, consultor legislativo da Câmara dos Deputados, comentou os estudos para mudanças de trechos da Lei das Águas.

Apesar do receio de especialistas em recursos hídricos, Boratto assegurou que as mudanças serão pontuais. “São pontos que estão omissos ou mal explicados. Asseguro que os aspectos social e ambiental da água, assim como o reuso da água, precisam ser colocados. No entanto, a essência será mantida. Mas tudo será feito com anuência dos Comitês de Bacia Hidrográfica”, disse o consultor.

O Diretor do Comitê de Bacia do Pardo Grande (SP), Carlos Alencastre contrapôs Boratto, é um dos reticentes à mudança da Lei na esfera legislativa. “O meu receio é a possibilidade da Lei ser retalhada, como aconteceu com o Código Florestal. Por isso, esta mudança precisa ser amplamente discutida entre os Comitês”, ressaltou.



Boratto: “Mudanças serão pontuais e assegurarão aspectos social e ambiental da água”

PROJETO DO COMITÊ GUANDU VENCE PRÊMIO ANA 2014



Diretores do Comitê Guandu e demais vencedores em foto oficial

O Comitê Guandu foi anunciado como um dos vencedores do prêmio (ANA) Agência Nacional de Águas, na categoria Organismos de Bacia, nesta quarta-feira, 3 de dezembro, no auditório da Caixa Cultural de Brasília. A conquista da premiação se deu através do projeto “Diagnóstico Ambiental e Dimensionamento de Medidas de Mitigação para Minas D’água”.

O projeto vencedor tem como objetivos: diagnosticar fontes e minas d’água, avaliar as condições ambientais e realizar análises de parâmetros microbiológicos e físico-químicos de fontes e minas na área das bacias hidrográficas dos rios Guandu, da Guarda e Guandu-Mirim, além de definir ações para assegurar a conservação, proteção e melhoria das captações de fontes/minas.

Para o Diretor Geral do Comitê Guandu, Decio Tubbs, o prêmio é o reconhecimento do trabalho que vem sendo realizado pelo órgão colegiado. “É o resultado do empenho do Comitê no fomento à adoção de práticas de conservação e restauração ambiental e nos motiva a propor ações que revertam a atual situação de crise hídrica que o país passa”, comemora Decio.

Com a conquista, o Comitê Guandu estará

presente no próximo Fórum Mundial da Água, que acontecerá de 12 a 17 de abril de 2015 na Coreia do Sul. Durante o maior evento do mundo sobre água, o trabalho será apresentado a pessoas de todo o planeta no Pavilhão Brasil, estande do país no evento.

O PRÊMIO

O evento reconheceu as iniciativas que se destacaram pela excelência de sua contribuição para a gestão e o uso sustentável dos recursos hídricos, promovendo o combate à poluição e ao desperdício. Os trabalhos inscritos também apontam caminhos para assegurar água de boa qualidade e em quantidade suficiente para o desenvolvimento e a qualidade de vida das atuais e futuras gerações.

Ao todo, trabalhos de sete categorias disputaram o Prêmio ANA 2014: Ensino, Empresas, Governo, Imprensa, ONG, Organismos de Bacia, além de Pesquisa e Inovação Tecnológica.

Nesta edição, a Agência recebeu a inscrição de 452 trabalhos, marca que superou o recorde de 2012, quando 363 projetos participaram. Outro projeto do Comitê Guandu - Prestação de Serviços Ambientais (PSA) - chegou à semifinal.

PLANO DE MANEJO DA APA GUANDU É APROVADO PELA CÂMARA DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL

A Área de Proteção Ambiental do Rio Guandu (APA Guandu) conquistou mais uma ferramenta para garantir que a região seja preservada. Em maio deste ano, foi aprovado pela Câmara de Compensação Ambiental Estadual (CCA) o Plano de Manejo do órgão, um documento que estabelece normas para minimizar impactos negativos sobre o ecossistema da localidade.

Elaborado a partir de estudos sobre os aspectos físicos, biológicos e sociais da região, o Plano de Manejo determina restrições para o uso dos recursos naturais da Unidade de Conservação (UC). Ele também propõe medidas para promover a integração da UC à vida econômica e social da região.

“O Plano de Manejo é orientado por três eixos principais: Planejamento e Proteção, Visibilidade e Conselho Gestor. A meta é trazer benefícios para a conservação do patrimônio natural da área através do uso sustentável dos recursos, bem como produzir estratégias de geração de trabalho e renda para as comunidades locais”, afirma a engenheira florestal Erica Sodré, que chefia a APA Guandu.

Criada pelo Decreto Estadual nº 40.670, de 2007, a APA Guandu conta com quatro funcionários responsáveis por fiscalizar uma área de 742,5 km² que abrange os municípios de Miguel Pereira, Paracambi, Piraí, Engenheiro Paulo de Frontin, Itaguaí, Seropédica, Nova Iguaçu, Japeri, Queimados, Vassouras e Rio Claro. Além de Erica

Sodré, trabalham no órgão os técnicos operacionais Adilson Chott, Manoel Finamore e Carlos Castilho. Para conseguir monitorar todo o território sob responsabilidade da APA, a equipe utiliza um planejamento de vistorias.

“Registramos com maior frequência casos de ocupação irregular de mata ciliar, extração irregular de areia, saibro e incêndio criminoso. Como não é seguro abordar os infratores, o procedimento usual é acionar o Instituto Estadual de Ambiente (INEA), que tem uma coordenadoria de fiscalização com poder de polícia”, explica Erica.

Um ponto importante para a gestão da APA Guandu é a interação com as outras APAs existentes no Rio de Janeiro. Segundo Erica Sodré, representantes das Unidades de Conservação estaduais se encontram trimestralmente para trocar informações sobre os projetos em andamento e novas ideias.

Essa mesma política de aproximação tem sido adotada em relação ao Comitê Guandu. Situadas no mesmo prédio, as duas instituições têm atuações complementares para a gestão dos recursos hídricos na Região Hidrográfica.

“O principal ganho dessa parceria é a troca de informações. Como trabalhamos em campo, podemos passar informações que irão fundamentar os projetos desenvolvidos pelo Comitê”, finaliza a chefe da APA Guandu.



RESUMO DAS ATIVIDADES

As Câmaras Técnicas do Comitê Guandu são comissões temáticas responsáveis por elaborar e encaminhar ao Plenário propostas de normas, pareceres e projetos para otimizar a gestão dos recursos hídricos. A seguir, destacamos um resumo dos principais assuntos debatidos em reuniões realizadas entre os meses de agosto e novembro de 2014.



CÂMARA TÉCNICA DE INSTRUMENTOS DE GESTÃO (CTIG)

Coordenador: Eduardo Dantas (CEDAE)

A apresentação da Gerência Financeira da Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (AGEVAP) sobre a arrecadação e os rendimentos da aplicação financeira dos recursos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FUNDRHI), referente à Região Hidrográfica II – Guandu, foram destaques na reunião de agosto.

Em setembro foi apresentado o Termo de Referência (TdR) para contratação de empresa especializada para atualização e aperfeiçoamento do Plano Estratégico de Recursos Hídricos das Bacias Hidrográficas dos Rios Guandu, da Guarda e Guandu-Mirim. Já o empenho do Grupo de Trabalho Permanente de Acompanhamento da Operação Hidráulica na Bacia do Rio Paraíba do Sul (GTAOH), em buscar soluções para a crise de estiagem, foi o assunto mais debatido em outubro.

O TdR do Sistema de Informações Geográficas e Geoambientais da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul sobre Recursos Hídricos (SIGA-CEIVAP), apresentado por André Luis de Paula Marques, Diretor Executivo da AGEVAP, foi o tema da reunião de novembro.

CÂMARA TÉCNICA DE ESTUDOS E PROJETOS (CTEP)

Coordenador: Hendrik Mansur (TNC)



A reunião de agosto ressaltou a apresentação realizada por representantes do INEA a respeito da quantidade/qualidade da água e dados referentes ao estresse hídrico na bacia do rio Paraíba do Sul. Durante o encontro foi elaborado Parecer Técnico quanto ao assunto da escassez hídrica no que diz respeito ao rio Paraíba do Sul.

Em setembro, Adacto Benedicto Ottoni (CREA-RJ) expôs o Projeto Preliminar de Gestão Ambiental da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul, elaborado por seus alunos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), cujo foco foi a melhoria da qualidade da água e do abastecimento da região metropolitana do Rio de Janeiro.

O Programa de Pagamento por Serviços Ambientais do Comitê Guandu (PRO-PSA Guandu) foi tema de encontros nos meses de outubro e novembro. Neles, foi feita a apresentação da minuta do edital para o PRO-PSA GUANDU. Além disso, os membros da CTEP assistiram a apresentação de Vinícius Soares (AGEVAP-UD6), especialista em Recursos Hídricos, a respeito da estimativa orçamentária para implementação do PSA-GUANDU.



CÂMARA TÉCNICA DE ASSUNTOS LEGAIS E INSTITUCIONAIS (CTALI)

Coordenador: Jaime Azulay (CEDAE)

O tópico mais discutido entre agosto e novembro foi a minuta de Resolução que dispõe sobre custeio para participação de membros do Comitê Guandu em treinamentos/capacitações externos da instituição. Outro item abordado foi a minuta que dispõe sobre o custeio para a realização de eventos promovidos ou apoiados pelo Comitê Guandu. Neste debate, ficou decidido que os eventos a serem promovidos ou apoiados pelo Comitê deverão possuir um projeto detalhando introdução, objetivos, justificativa, metodologia, público-alvo, público esperado, período de realização, resultados esperados, indicadores de avaliação, equipe responsável, cronograma e orçamento.

Os membros nomearam, ainda, Nelson Reis (OMA-Brasil) como o novo subcoordenador da CTALI.

CÂMARA TÉCNICA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO (CTCTE)

Coordenadora: Franziska Huber (FAETERJ - Paracambi)



Na reunião de agosto os representantes da CTCTE analisaram o Termo de Referência (TdR) para o Projeto Agenda 21, instrumento de planejamento para a construção de sociedades sustentáveis em diferentes bases geográficas. Em setembro, Franziska Huber sugeriu formar um Grupo de Trabalho (GT) para o concurso “O Fantástico Mundo das Águas”, que visa o debate sobre recursos hídricos nas escolas da Região Hidrográfica II, além da divulgação e integração da comunidade escolar nas ações do Comitê Guandu através de atividades lúdicas e criativas.

Em outubro foram debatidas contribuições para o TdR do curso Avaliações de Impactos Ambientais, destinado a integrantes do Comitê Guandu, técnicos das prefeituras, pessoas atuantes na área de recursos hídricos, estudantes e professores universitários.